



Fórum de
**CORTES
SUPREMAS**
do **MERCOSUL**

**Programa
Joaquim Nabuco**

1º/2012

PROGRAMA JOAQUIM NABUCO
– SEVIDORES 1º/2012 –

1. SUPERVISORA

Cyntia Maria Martins Santos

Assessoria de Assuntos Internacionais da Presidência

E-mail: cyntia@stf.jus.br

Telefone: (+55 61) 3217-4012

2. COORDENADOR

Vinícius Arrais Limongi Miguel

Assessoria de Assuntos Internacionais da Presidência

E-mail: vinicius.miguel@stf.jus.br

Telefone: (+55 61) 3217- 6505

3. SERVIDOR

Felipe Justino de Farias

Nacionalidade: brasileira

Tribunal de origem: Supremo Tribunal Federal

Período: 18/06/2012 a 29/06/2012

Alocação: Corte Suprema de Justicia de Paraguay

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	5
PRIMEIRO DIA – PANORAMA DO PODER JUDICIÁRIO E DA SUPREMA CORTE DO PARAGUAI E SISTEMAS DE SEGURANÇA DO TRIBUNAL	6
SEGUNDO DIA – SISTEMA DE INFORMÁTICA, JUSTIÇA CIVIL E TRIBUNAL PERMANENTE DE REVISÃO DO MERCOSUL	7
TERCEIRO DIA – JUSTIÇA PENAL	8
QUARTO DIA – SISTEMA DE AGENDA ÚNICA E SESSÃO DE AUDIÊNCIA DA JUSTIÇA PENAL	9
QUINTO DIA – SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES	11
SEXTO DIA – SEÇÕES DE QUEIXAS E DENÚNCIAS, TRIBUNAL DE ÉTICA JUDICIAL E SEÇÃO DE ESTATÍSTICAS ...	12
SÉTIMO DIA – DIRETORIAS GERAIS DE AUDITORIA DA GESTÃO JUDICIAL E DE AUDITORIA INTERNA	13
OITAVO DIA – DIRETORIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS E INTEGRIDADE INSTITUCIONAL E DIRETORIA DE COMUNICAÇÕES	14
NONO DIA – DIRETORIA DE DIREITOS HUMANOS E MUSEU DA JUSTIÇA	15
SEÇÃO DE MEDIAÇÃO E SISTEMA NACIONAL DE FACILITADORES JUDICIAIS	16
ANEXO I – CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA JOAQUIM NABUCO EMITIDO PELA CORTE SUPREMA DE JUSTICIA	17
ANEXO II – NOTÍCIAS DIVULGADAS NO SITE DA CORTE SUPREMA DE JUSTICIA SOBRE AS ATIVIDADES DO INTERCÂMBIO	18

APRESENTAÇÃO

Brasília, 09 de julho de 2012
Felipe Justino de Farias
Supremo Tribunal Federal
Brasília - Brasil

Esse relatório visa a informar as atividades desenvolvidas no intercâmbio ocorrido no âmbito do Programa Joaquim Nabuco, no período de 18 a 29 de junho de 2012, perante a *Suprema Corte de Justicia* do Paraguai, na cidade de Assunção.

O órgão responsável por realizar o programa no Paraguai foi a Diretoria de Assuntos Internacionais e Integridade Institucional, chefiada pelo Dr. Christian Díaz Acosta.

De uma forma geral, as atividades do intercâmbio consistiam na apresentação de palestras sobre as diversas áreas do Poder Judiciário paraguaio, incluindo as atividades jurisdicionais e as administrativas. Essas palestras foram ministradas na Sala de Conferências do oitavo andar da Torre Norte do Palácio de Justiça de Assunção.

Cada palestra foi ministrada por magistrados ou servidores que atuavam nas áreas apresentadas. Depois das apresentações, usualmente, nos deslocávamos para as instalações específicas da área, para conhecer diretamente o funcionamento dos órgãos.

As atividades cotidianamente tinham início por volta das 9:00 h e terminavam aproximadamente às 13:00 h. Durante o período em que estávamos realizando a programação do intercâmbio, sempre pelo menos uma servidora da Diretoria de Assuntos Internacionais e Integridade Institucional nos acompanhava (Vivian ou Romina).

PRIMEIRO DIA – PANORAMA DO PODER JUDICIÁRIO E DA SUPREMA CORTE DO PARAGUAI E SISTEMAS DE SEGURANÇA DO TRIBUNAL

Assunção, 18 de junho de 2012
Felipe Justino de Farias
Supremo Tribunal Federal
Brasília - Brasil

As atividades tiveram início com uma caminhada pelas instalações do Palácio da Justiça de Assunção. O prédio abriga não só a *Suprema Corte de Justicia*, mas também as instâncias inferiores do Poder Judiciário paraguaio da área da capital. Ele está dividido em Torres Norte e Sul.

Durante essa caminhada fomos recebidos, para um breve cumprimento, pelo Superintendente Geral da Justiça, Dr. Rafael Sosa. Foi-nos explicado que a Superintendência Geral de Justiça cumpre atividades administrativas de apuração de faltas disciplinares de servidores do Poder Judiciário e de auxiliares da Justiça.

Em seguida, na Sala de Conferências do oitavo andar da Torre Norte, fomos recebidos pelo Segundo Vice-Presidente da Corte, Min. Raúl Torres Kirmser, que nos saudou e declarou oficialmente abertas as atividades do Programa Joaquim Nabuco. O Ministro comentou que o Paraguai tinha uma peculiaridade em relação ao Brasil, porque é um país unitário e tem Poder Judiciário centralizado.

A primeira palestra do programa foi ministrada pelo Dr. Rodrigo Pusineri, servidor da Diretoria de Assuntos Internacionais e Integridade Institucional. Ele apresentou panorama histórico do Poder Judiciário no Paraguai e a estrutura atual desse Poder em linhas gerais.

A *Suprema Corte de Justicia* está dividida em três turmas, cada uma com uma competência específica. São a Turma Penal (que atua também em casos de Direito Administrativo), a Turma Civil (que atua também em casos trabalhistas) e a Turma Constitucional. Não existe competências jurisdicionais para o pleno da Corte.

A segunda palestra do dia foi com o Dr. Alejandrino Cuevas, Secretário Geral da Corte, que nos explicou as atividades da Secretaria Geral. Elas abrangem o trâmite de documentos encaminhados à Corte, o registro de advogados e auxiliares da justiça e a preparação das Sessões Plenárias da Corte. O Secretário Geral secretaria as Sessões Plenárias, que tem funções administrativas e de controle da magistratura.

Por fim, fizemos visita às instalações do sistema de segurança da Corte. Conhecemos as salas de monitoramento e fomos informados de que a segurança é feita pela polícia nacional, que mantém efetivos constantes nas dependências da Corte. Além da polícia nacional, que atua de forma mais ostensiva, existem alguns servidores que também executam as atividades de segurança. Pudemos presenciar que as câmaras de monitoramento controlam as áreas internas e adjacências do Palácio da Justiça. Além desse equipamento, a segurança da Corte também dispõe de um aparelho que detecta vestígios de materiais explosivos.

SEGUNDO DIA – SISTEMA DE INFORMÁTICA, JUSTIÇA CIVIL E TRIBUNAL PERMANENTE DE REVISÃO DO MERCOSUL

Assunção, 19 de junho de 2012
Felipe Justino de Farias
Supremo Tribunal Federal
Brasília - Brasil

No segundo dia do programa, três temas bem diferentes foram tratados. O dia teve início com a apresentação do sistema de informática do Poder Judiciário. Posteriormente, foi-nos apresentado o sistema judicial civil. E, por fim, fizemos visita ao Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL.

A primeira palestra, ministrada pelo Servido Fabio Servin, foi sobre o sistema de informática do Poder Judiciário. Inicialmente, tivemos contato com o programa de informática usado pela Justiça, chamado Judisoft. Esse programa permite o registro de processos e de andamentos processuais. Ele também possibilita a distribuição automática dos feitos, à medida que eles vão sendo protocolados, de forma a evitar fraudes. Por causa da informatização, os trâmites para protocolo e distribuição de expedientes são bem céleres e, em prazos curtos, eles já estão disponíveis nos gabinetes dos magistrados.

A segunda palestra foi sobre o sistema de justiça civil paraguaio, proferida pelo Desembargador (Camarista, em espanhol) Dr. Alberto Simón. A jurisdição civil é exercida por Magistrados individualmente em primeira instância, Tribunais de Apelação, divididos em turmas, compostas por três Magistrados e pela Turma Civil da Suprema Corte. O Poder Judiciário no Paraguai tem Juízos de primeira instância e Tribunais de Apelação nas circunscrições judiciais do interior, mas a circunscrição mais movimentada é a da capital.

Nessa palestra, tivemos informações sobre o processo de seleção de juízes. Os Magistrados são selecionados para a função por meio de exames perante o Conselho da Magistratura e são nomeados pela Suprema Corte. Após aprovação, eles exercem a magistratura por cinco anos. Se forem confirmados na função duas vezes, tornam-se vitalícios (podem exercer as funções até os setenta e cinco anos).

Terminada essa palestra, fomos conhecer pessoalmente as instalações de um Juízo de primeira instância e do Tribunal de Apelações. Uma particularidade do processo civil paraguaio é que não há a oralidade do processo civil brasileiro. Assim, não existem sessões públicas de julgamento na segunda instância.

A terceira atividade no dia foi visita ao Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL. Fomos recebidos pelo Secretário do Tribunal, Dr. Raphael Carvalho de Vasconcelos, que os explicou sobre as funções e competências do Tribunal. Ele elogiou a aprovação de emenda regimental no Supremo Tribunal Federal, que permite o encaminhamento de consultas ao Tribunal Permanente de Revisão. Ele espera que com isso os Poderes Judiciários dos países tenham participação mais ativa no processo de integração. Após a recepção pelo Secretário do Tribunal, fomos conhecer as instalações da Corte, guiados pela servidora Maider Bica.

TERCEIRO DIA – JUSTIÇA PENAL

Assunção, 20 de junho de 2012
Felipe Justino de Farias
Supremo Tribunal Federal
Brasília - Brasil

O terceiro dia foi integralmente dedicado ao conhecimento da justiça penal. A primeira palestra foi proferida pelo Dr. Carlos Bryn, Desembargador da área penal, complementada pelo Dr. Andrés Caballero, também Desembargador da área Penal.

Apresentou-se de forma panorâmica o processo penal, com destaque para o fato de que o recente Código de Processo Penal, editado em 1998, introduziu o sistema acusatório no Paraguai. Anteriormente vigia o sistema inquisitório. Com essa inovação, o Ministério Público passou a ter mais importância e participação no processo penal.

Explicou-se que existem três etapas no processo penal. A preliminar, em que são colhidas as provas; a intermediária, em que há o saneamento do processo e a audiência, na qual há o julgamento da causa.

A investigação é iniciada pelo Ministério Público. Após o primeiro ato coercitivo do processo, há o prazo de quatro anos para que ele seja concluído. As provas são colhidas perante um Juiz de garantias, completando-se assim a fase preliminar.

Seguindo o processo, o Juiz de garantias faz o saneamento da causa, verificando se todas as provas foram colhidas de forma legítima. Essa é a fase intermediária do processo penal.

Por fim, há a audiência de julgamento, na qual as provas são apresentadas perante um Tribunal composto por três magistrados (normalmente com um quarto juiz suplente). Esse Tribunal faz o julgamento definitivo da causa. Essa etapa processual garante a oralidade no processo penal, que não existe no processo civil paraguaio.

É interessante destacar que esse Tribunal exerce a jurisdição em primeira instância, sendo cabível também recurso para o Tribunal de Apelação Penal, que funciona de modo semelhante aos Tribunais de Apelação Cíveis.

Após a apresentação do sistema penal, fomos conhecer as instalações dos Tribunais de primeira instância e dos Tribunais de Apelação Penal, guiados pelo Dr. Andrés Caballero.

QUARTO DIA – SISTEMA DE AGENDA ÚNICA E SESSÃO DE AUDIÊNCIA DA JUSTIÇA PENAL

Assunção, 21 de junho de 2012
Felipe Justino de Farias
Supremo Tribunal Federal
Brasília - Brasil

No quarto dia, houve a interrupção do programa, em razão das questões políticas que culminaram no impeachment do Presidente do Paraguai. De toda forma, o programa para esse dia pode ser iniciado e praticamente todas as atividades foram concluídas.

A previsão para o dia era uma palestra sobre o sistema de agenda única dos Juízos Orais e o posterior conhecimento direto das instalações, finalizando com o acompanhamento de uma sessão de julgamento.

A agenda única dos Juízos Orais é um sistema informatizado de distribuição de processos e designação de datas para audiências no âmbito penal. Esse sistema foi-nos apresentado pelo Dr. Carlos Enciso, chefe do departamento responsável por sua execução.

O sistema de agenda única atende a uma necessidade específica do Paraguai, que não tem paralelo imediato no Brasil. Isso porque, no processo penal paraguaio existe três fases distintas, sendo que as duas primeiras ocorrem perante um juiz individual (juiz de garantias) e a última fase, que corresponde ao julgamento do caso, é feita perante um Tribunal de primeira instância.

As atividades desse Tribunal de primeira instância são feitas por meio de audiência, na qual são rerepresentadas as provas reunidas durante as fases iniciais perante o Juiz de garantias. Após a produção das provas e os debates orais, o Tribunal profere a sentença do caso. Isso garante a oralidade do processo penal.

O sistema de agenda única se faz necessário nesse processo para organizar a redistribuição dos processos e os horários das audiências. Os processos, após as fases perante o Juiz de garantias, precisam ser redistribuídos, para algum dos Tribunais de primeira instância e, com essa redistribuição, há o agendamento do horário da sessão de julgamento.

Especificamente, os processos penais, após a fase de colheita de provas e de saneamento, são encaminhados à Coordenadoria de Juízos Orais, chefiada pelo Dr. Carlos Enciso, para que haja a redistribuição e o agendamento. Há um prazo de 24 horas para que essas providências sejam tomadas.

Com o sistema, ao chegarem os processos na Coordenadoria, eles são cadastrados no programa de computador e, automaticamente, há a distribuição aleatória e a marcação da data da audiência. Isso proporciona transparência ao procedimento, evitando fraudes e injustiças. Ademais, a celeridade desse procedimento permite a tempestiva notificação das partes, facilitando o trâmite no seu conjunto.

Após conhecer pessoalmente esse sistema, fomos assistir uma das sessões do Tribunal de primeira instância penal. A sala de audiências é similar às existentes no Brasil. Os Juízes permanecem numa bancada em nível mais alto, o Ministério Público ficava em mesa à direita dos Juízes e a defesa ficava à esquerda. Há uma área separada, ao fundo da sala, para o público. As testemunhas ficavam isoladas em outro ambiente e só eram levadas à sala de audiência no momento da sua oitiva. Há, também, uma mesa para o Secretário da sessão e para o datilógrafo.

Ao longo da sessão os autos são circulam entre as mesas dos Juízes e das partes para que as provas documentais sejam verificadas. No caso que assistimos, houve a designação imediata de diligência, para que os Juízes pudessem inspecionar o local do crime. Tratava-se de assassinato, provavelmente causado por conflitos no ambiente rural. O réu e a vítima eram criadores de gado, tinham propriedades próximas e teriam conflitos em razão das áreas de pasto e da separação das cabeças de gado.

Essa diligência suspendeu a sessão. Ao nos retirarmos da sala de audiências, fomos informados que estava em curso o processo de impeachment do presidente perante a Câmara dos Deputados e que seria recomendável que voltássemos para o hotel, para não ficarmos expostos a possíveis atos de violência dos manifestantes políticos. Havia o temor de que pudesse ocorrer alguma movimentação no prédio do Palácio da Justiça. Assim, terminamos o quarto dia de intercâmbio.

QUINTO DIA – SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES

Assunção, 22 de junho de 2012
Felipe Justino de Farias
Supremo Tribunal Federal
Brasília - Brasil

Em vista da movimentação política no Paraguai, o pessoal da *Corte Suprema de Justicia* considerou mais adequado suspender as atividades do programa no quinto dia. Nessa data ocorreu o julgamento político do Presidente perante o Senado Federal. Havia o temor de manifestações e atos de violência nas ruas.

Efetivamente, observamos que o comércio de rua nas imediações do hotel foi todo fechado e havia temor por parte das pessoas de que movimentos violentos ocorressem na capital. Felizmente, houveram protestos na praça em frente ao Senado, mas nada que perturbasse as demais áreas do centro de Assunção. Já no dia seguinte, sábado, o comércio voltou a funcionar e as ruas tinham o movimento normal.

Nesse quinto dia, havia a previsão de visita ao Ministério Público. Em razão da suspensão das atividades e da falta de espaço na agenda dos dias seguintes, acabamos por perder a oportunidade de conhecer o Ministério Público paraguaio.

Isso foi um problema imprevisível e foi plenamente compreensível que não pudéssemos realizar as atividades desse dia. Não houve perda significativa para o programa com um todo, porque as várias informações que conseguimos obter ao longo dos outros dias de atividades compensaram plenamente essa falta. Além disso, a atuação prudente e responsável do pessoal da *Corte Suprema de Justicia* demonstra a confiança que se pode ter na realização do programa, inclusive em futuras edições.

SEXTO DIA – SEÇÕES DE QUEIXAS E DENÚNCIAS, TRIBUNAL DE ÉTICA JUDICIAL E SEÇÃO DE ESTATÍSTICAS

Assunção, 25 de junho de 2012
Felipe Justino de Farias
Supremo Tribunal Federal
Brasília - Brasil

No sexto e no sétimo dia, o programa foi dedicado a conhecer os departamentos da Área de Controle da Gestão. No sexto dia, foi-nos apresentada a Seção de Queixas e Denúncias, o Tribunal de Ética Judicial e a Seção de Estatísticas.

A Seção de Queixas e Denúncias, apresentada pelo Dr. Edgar Escobar, tem o objetivo de centralizar o recebimento de queixas e denúncias em relação ao Poder Judiciário. Essa seção visa a facilitar o acesso dos usuários da justiça aos procedimentos de controle e fiscalização.

As denúncias são gratuitas e não demandam a presença de advogado. Após a denúncia, o procedimento segue de ofício. Por isso, o denunciante não é mais notificado dos atos seguintes, mas ele pode acompanhar pessoalmente o andamento.

As denúncias podem ser referentes a Magistrados, a servidores do Poder Judiciário ou a auxiliares da justiça (peritos e advogados). A função da Seção é dar o adequado encaminhamento para essas denúncias.

O Tribunal de Ética Judicial nos foi apresentado em uma visita guiada às suas instalações. Fomos recebidos pelo Dr. Gonzalo Nicoli, diretor do Tribunal. O Tribunal é uma seção específica do Poder Judiciário paraguaio, que visa a aumentar a transparência.

As normas éticas foram codificadas em um regulamento aprovado pela *Corte Suprema de Justicia*, após ampla discussão social, com entidades não governamentais e movimentos sociais ligados à transparência no Poder Judiciário. Esse código não prevê sanções, mas condutas censuráveis, de acordo com uma gradação, aplicáveis a todos os Magistrados paraguaios.

As infrações mais graves ao Código de Ética podem chegar a ser registradas na ficha funcional do Magistrado, contando negativamente nas futuras ascensões funcionais. A ocorrência das condutas vedadas é julgada pelo Tribunal de Ética, formado por cidadãos comuns e que não precisam ser formados em direito. O nome do denunciante é registrado, mas o processo segue anonimamente.

Finalizamos esse dia de atividades com a palestra sobre a Seção de Estatísticas, ministrada pela Dra. Adriana Baruja. Essa seção usa os sistemas de informática do Poder Judiciário para obter as informações necessárias a seus levantamentos.

Além de dados estatísticos, a seção mantém um arquivo com o inteiro teor das decisões proferidas no Poder Judiciário. Esse arquivo será digitalizado até o final do ano, facilitando a recuperação das informações.

SÉTIMO DIA – DIRETORIAS GERAIS DE AUDITORIA DA GESTÃO JUDICIAL E DE AUDITORIA INTERNA

Assunção, 26 de junho de 2012
Felipe Justino de Farias
Supremo Tribunal Federal
Brasília - Brasil

Continuando as palestras sobre a Área de Controle da Gestão, fomos apresentados às Diretorias Gerais de Auditoria da Gestão Judicial e de Auditoria Interna.

A Diretoria Geral de Auditoria da Gestão Judicial foi apresentada por seu Diretor, Dr. Mario Gonzáles. As funções dessa diretoria são, fundamentalmente, verificar o devido processo e o cumprimento de prazos. Seus membros, que são graduados em direito, não podem realizar ato jurisdicionais, mas podem encaminhar casos com problemas para as áreas competentes do Poder Judiciário. Essa diretoria busca ter atuação proativa, de modo a auxiliar o melhor funcionamento do Judiciário, sem interferir na independência da atuação dos Juízes.

A Diretoria Geral de Auditoria Interna foi também apresentada por seu Diretor, Dr. Miguel Fornells. Essa auditoria procura realizar os trabalhos típicos de auditoria. Ela é composta por pessoal técnico, com formação de pós graduação. Busca reduzir os espaços para a corrupção, mas também tem função proativa, evitando que falhas ocorram nos processos administrativos.

OITAVO DIA – DIRETORIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS E INTEGRIDADE INSTITUCIONAL E DIRETORIA DE COMUNICAÇÕES

Assunção, 27 de junho de 2012
Felipe Justino de Farias
Supremo Tribunal Federal
Brasília - Brasil

Nesse oitavo dia, tivemos três palestras. A Diretoria de Assuntos Internacionais e Integridade Institucional tem duas divisões. A de Assuntos Internacionais e a de Integridade Institucional. Para cada uma dessas divisões nós tivemos palestras distintas. Além disso, tivemos a palestra sobre a Diretoria de Comunicações.

A divisão de Assuntos Internacionais foi-nos apresentada pelo Dr. Rodrigo Pusineri, servidor dessa divisão. Eles executam as atividades de recepção de documentos e pedidos do exterior, encaminhados à Corte. Exercem também as funções administrativas e jurídicas internacionais de interesse da Corte, como o estabelecimento de acordos de cooperação com Cortes de outros países ou entidades internacionais ligadas ao direito. Além disso, têm a função de autoridade central do Paraguai, em temas de direito civil.

A divisão de Integridade Institucional busca desenvolver atividades que fortaleçam a imagem institucional do Poder Judiciário. Para isso, são feitos programas e reuniões entre diferentes setores para que a cultura interna da instituição seja consolidada. Ela foi-nos apresentada pelo Dr. Jim Zaracho, responsável pela área.

A palestra sobre a Diretoria de Comunicações foi ministrada pelo Dr. Luis Sandoval, Diretor. O Poder Judiciário busca zelar pela comunicação social. Eles desenvolvem várias iniciativas de divulgação das atividades do Judiciário, esclarecendo a população sobre o funcionamento das Cortes e do processo judicial. Além da comunicação externa, essa Diretoria também desenvolve atividades de comunicação interna, por meio de murais instalados nas dependências do Tribunal e de comunicações via internet.

Outra preocupação interessante da Diretoria de Comunicação é acompanhar as notícias que são divulgadas na imprensa em geral, sobre o Poder Judiciário. Nessa tarefa, eles procuram acompanhar os contatos dos Magistrados com jornalistas, para que as informações sejam passadas da forma mais clara possível, evitando erros jornalísticos que prejudiquem a imagem e a comunicação do Poder Judiciário.

NONO DIA – DIRETORIA DE DIREITOS HUMANOS E MUSEU DA JUSTIÇA

Assunção, 28 de junho de 2012
Felipe Justino de Farias
Supremo Tribunal Federal
Brasília - Brasil

O penúltimo dia do programa foi dedicado, de uma forma geral, aos direitos humanos. A primeira palestra foi sobre a Diretoria de Direitos Humanos do Poder Judiciário e, posteriormente, visitamos o Museu da Justiça, que também trata dos direitos humanos dos presos políticos do período ditatorial do Paraguai.

A Diretoria de Direitos Humanos, que nos foi apresentada pelo Dr. André Marques é um órgão do Poder Judiciário que procura monitorar e difundir os direitos humanos principalmente para os Magistrados e servidores da Justiça, bem como para a população em geral. Ela é composta por pessoal técnico altamente especializado e experiente em direitos humanos, todos com formação em nível de pós-graduação, normalmente obtida em instituições do exterior.

As atividades são de acompanhamento de casos sensíveis de direitos humanos no Poder Judiciário. Busca-se verificar se os tratados internacionais firmados pelo país nesse tema estão sendo cumpridos pelos Magistrados em suas decisões. São preparados relatórios anuais sobre o estado dos direitos humanos no Poder Judiciário. Além disso, verificam o cumprimento dos direitos humanos no sistema penitenciário.

Após conhecer as funções e as instalações da Diretoria de Direitos Humanos, fomos conhecer o Museu da Justiça. Esse Museu está instalado no prédio do Palácio de Justiça e é composto basicamente pelo acervo de arquivos policiais do período da ditadura de Stroessner. Além dos arquivos, o Museu tem uma sala com exposição permanente sobre o cumprimento de penas no Paraguai, que abrange desde o período indígena, até a época da ditadura de Stroessner. O Museu tem também um auditório.

Durante nossa visita fomos guiados pela Dra. Rosa Palau, que nos apresentou a exposição sobre o cumprimento de penas no Paraguai e nos levou para conhecer os arquivos da ditadura.

Tais arquivos foram recolhidos de uma sala da Polícia em Assunção, por ordem judicial, no âmbito de processo ajuizado por uma das vítimas da repressão política. Os Juízes que acompanhavam o caso, numa demonstração de destemor, ao identificarem os arquivos, que já tinham sido recusados várias vezes pela Polícia, não hesitaram em retirar todo o material e levar para o Palácio da Justiça.

Nesses arquivos são encontradas evidências de várias perseguições políticas. Existem comunicações oficiais que demonstram o funcionamento da Operação Condor, de troca de presos políticos entre ditaduras do Cone Sul.

A visita ao Museu me causou muita admiração, por ver a transparência que o Paraguai tem com a repressão política de sua ditadura.

SEÇÃO DE MEDIAÇÃO E SISTEMA NACIONAL DE FACILITADORES JUDICIAIS

Assunção, 29 de junho de 2012
Felipe Justino de Farias
Supremo Tribunal Federal
Brasília - Brasil

No último dia, o tema foi os meios alternativos de resolução de controvérsias. Fomos apresentados à Seção de Mediação e ao Sistema Nacional de Facilitadores Judiciais.

A Seção de Mediação, conforme palestraram as Dras. Monica e Mirian, coordena as atividades de mediação no Poder Judiciário. Os processos em regra passam por uma tentativa prévia de mediação, perante essa Seção. Nela existem salas de reunião para que as partes e o mediador negociem soluções extrajudiciais para os casos.

Além da atividade prévia, essa Seção também faz o trabalho de mediação quando os processos estão em curso e o Magistrado identifica a oportunidade para a solução negociada ou, então, as partes assim o solicitam.

O Sistema Nacional de Facilitadores Judiciais, que nos foi apresentado pela Dra. Lourdes López, Diretora Operativa, é um programa de ampliação do acesso à Justiça no Paraguai.

Ele consiste na formação de líderes comunitários, nas regiões mais remotas do país, para que eles tenham conhecimentos mínimos de direito e possam orientar as demandas da comunidade que precisem ser levadas ao Judiciário. Esses líderes indicam de forma inicial quais os procedimentos precisam ser tomados em casos de conflito ou problema relativos ao direito. Eles também têm a função de mediar os conflitos na comunidade.

Esse programa me impressionou muito, pela dedicação com que é desenvolvido e pelo potencial de cidadania que proporciona. Por ele, pessoas que nunca teriam acesso aos meios judiciais conseguem obter resposta adequada do Estado, aumentando a legitimidade do Judiciário e do Poder Público de um modo geral.

ANEXO I – CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA JOAQUIM NABUCO EMITIDO PELA CORTE SUPREMA DE JUSTICIA



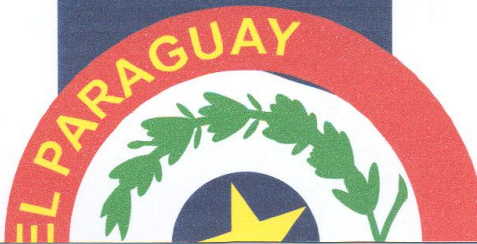
REPÚBLICA DEL PARAGUAY
PODER JUDICIAL
CORTE SUPREMA DE JUSTICIA

Programa de Cooperación e Intercambio de
Servidores Judiciales "Joaquim Nabuco"

C E R T I F I C O Q U E

Felipe Justino de Farias

Ha participado del Programa de Cooperación e Intercambio de
Servidores Judiciales "Joaquim Nabuco" en las dependencias del
Palacio de Justicia, en Asunción, del 18 al 29 de junio de 2012.



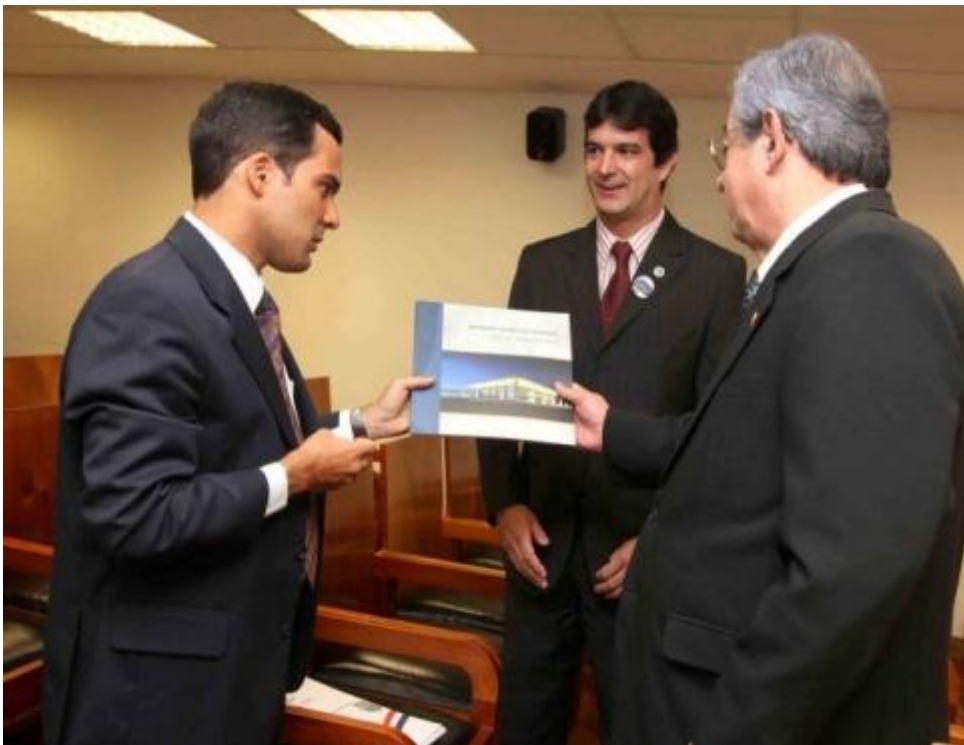
[Handwritten Signature]
VICERRECTOR PRESIDENTE
Corte Suprema de Justicia

ANEXO II – NOTÍCIAS DIVULGADAS NO SITE DA CORTE SUPREMA DE JUSTICIA SOBRE AS ATIVIDADES DO INTERCÂMBIO

<http://www.pj.gov.py/notas/7137-servidores-judiciales-del-brasil-fueron-informados-de-la-estructura-judicial>

Servidores judiciales del Brasil fueron informados de la estructura judicial

Esta mañana se dio inicio al programa Joaquim Nabuco, ocasión en que el ministro de la Corte Suprema de Justicia, doctor José Raúl Torres Kirmser, encargado de la ejecución del programa dio la bienvenida a los servidores judiciales del Brasil. La jornada se inició con una exposición que hizo alusión a la estructura del Poder Judicial.



2 Fotos 

Ministro Raúl Torres Kirmser dio la bienvenida a los servidores judiciales del Brasil quienes entregaron al ministro el informe de gestión del Poder Judicial del Brasil

En el marco del Programa de Cooperación e Intercambio de Magistrados y Funcionarios judiciales de los países miembros del Mercosur y Asociados, con motivo de dar continuidad al programa Joaquim Nabuco, servidores judiciales del Brasil iniciaron esta mañana el intercambio de experiencias en el ámbito jurídico.

El ministro José Raúl Torres Kirmser dio la bienvenida a los visitantes brasileros. El alto magistrado encargado de la ejecución del programa mencionó a los servidores judiciales que aprovechen la jornada para conocer en profundidad el sistema judicial del Paraguay y de esa manera hacer un diálogo regional en el área jurídica.

El primer día de la jornada se presentó a los visitantes sobre la Estructura del sistema del Poder Judicial, exposición que estuvo a cargo del abogado Rodrigo Fanego.

Recordemos que el Programa Joaquim Nabuco es un incentivo a la cooperación en el MERCOSUR que busca la creación de un diálogo regional en el área jurídica entre los países del bloque y asociados. En ese sentido, los visitantes tendrán la oportunidad de ver de cerca toda la estructura del Poder Judicial y los órganos auxiliares de la justicia.

Los objetivos de la iniciativa son fomentar el diálogo y el intercambio de experiencias en el marco jurídico, así como la ampliación de la base de la cooperación judicial, contribuyendo al fortalecimiento del Mercosur y la promoción de la seguridad jurídica en la región.

Los servidores judiciales estarán en nuestro país hasta el viernes 29 de junio.

<http://www.pj.gov.py/notas/7153-funcionarios-judiciales-del-brasil-se-interesaron-en-trabajo-de-la-oficina-de-etica>

Funcionarios judiciales del Brasil se interesaron en trabajo de la Oficina de Ética

En la fecha, a través del programa de cooperación e intercambio de magistrados y funcionarios judiciales, Joaquim Nabuco, la Dirección de Asuntos Internacionales e Integridad Institucional de la Corte Suprema de Justicia realizó una visita guiada a las oficinas de Quejas y Denuncias, de Ética Judicial y de Estadísticas junto con técnicos pertenecientes al Supremo Tribunal Federal del Brasil.



3 Fotos 

El agente de seguridad judicial Guilherme Penchel Marinho y el técnico jurídico de la sección de Jurisprudencia Internacional y Gestión del Tesoro, Felipe Justino de Farías y el director de la Oficina de Quejas y Denuncias, Gonzalo Sosa

En el marco de la tercera edición del Programa Joaquim Nabuco, la Dirección de

Asuntos Internacionales e Integridad Institucional de la Corte Suprema de Justicia realiza desde el 18 de junio un intercambio de funcionarios judiciales del Supremo Tribunal Federal del Brasil.

En la fecha el agente de seguridad judicial Guilherme Penchel Marinho y el técnico jurídico de la sección de Jurisprudencia Internacional y Gestión del Tesoro, Felipe Justino de Fariás realizaron una visita a diversas dependencias de la sede judicial.

Durante la visita a la Oficina de Ética Judicial, el director Gonzalo Sosa Nicoli explicó a los invitados los tres tipos de medidas éticas que se adoptan en caso de que la denuncia sea verdadera. Al respecto les informó que la primera medida consiste en recomendar al magistrado, en forma privada, a no realizar cierto tipo de acciones, la segunda, es el llamado de atención que puede hacerse de manera privada o pública, en la que se busca evitar la repetición de cierto tipo de acciones y la tercera, consiste en la amonestación siendo exclusivamente de carácter público en la que se censura y se procede la anotación al legajo del magistrado.

Los visitantes se mostraron bastante interesados mencionando la ausencia de una Oficina de Ética Judicial en el Supremo Tribunal Federal del Brasil.

Asimismo, se interiorizaron de varios aspectos relacionados sobre el sistema de control de denuncias, las campañas de prevención que se realiza y las medidas que se adoptan.

El Programa Joaquim Nabuco ha iniciado en el 2010 estableciéndose como un incentivo para la cooperación del Mercosur, que busca la creación de un diálogo regional en el área jurídica entre los países del bloque y asociados, teniendo como objetivo la expansión de las bases de la cooperación judicial, el fortalecimiento del bloque regional y la promoción de la seguridad jurídica en la región, como un factor de estabilidad política y de desarrollo económico y social.

<http://www.pj.gov.py/notas/7167-director-de-comunicacion-expuso-sobre-mecanismos-institucionales-de-difusion>

Director de Comunicación expuso sobre mecanismos institucionales de difusión

Servidores de Justicia del Brasil valoraron el sistema informativo del Poder Judicial; asimismo manifestaron que la estructura comunicacional de la Corte Suprema de Justicia es similar a la que encara la justicia brasilera. Fue durante una exposición del abogado Luís Giménez, titular de la Dirección de Comunicación de la máxima instancia judicial, quien explicó a los visitantes las funciones desempeñadas con el fin de generar espacios de socialización de su gestión a través de la implementación de mecanismos institucionales de difusión.



2 Fotos 

Abogado Luis Gimenez explicó funcionamiento de la oficina de prensa de la Corte

En el marco del Programa de Cooperación e Intercambio de Magistrados y Funcionarios judiciales de los países miembros del Mercosur y Asociados, con motivo de dar continuidad al programa Joaquim Nabuco, servidores judiciales del Brasil se interiorizaron esta mañana de la tarea que desempeña la Dirección de Comunicación de la Corte Suprema de Justicia.

El director de dicha dependencia, abogado Luis Gimenez explicó a los servidores sobre la estructura de la comunicación que encara la Dirección, asimismo señaló que permanentemente se trabaja por el fortalecimiento del sistema informativo del Poder Judicial, con el fin de mejorar la imagen institucional ante la opinión pública.

Mencionó igualmente el organigrama de la Dirección exponiendo las tres áreas de comunicación que abarca la dependencia, que son comunicación interna, externa y la mediática.

Sobre la comunicación externa explicó que es el servicio de una comunicación con responsabilidad en la difusión de informaciones hacia fuera de la institución. Indicó además que la misma abarca la prestación de un servicio actualizado de la Página Web, que incluye comunicación ciudadana y marketing social, así como de servicios de publicaciones.

Respecto a la comunicación interna, Giménez dijo que abarca el servicio de comunicación con funcionarios, teniendo la responsabilidad de difundir informaciones dentro de la institución.

Igualmente habló sobre el boletín electrónico, un servicio prestado a las personas suscriptas (abogados, escribanos, organizaciones ciudadanas, gremios y funcionarios

en general), quienes reciben una vez a la semana en sus respectivos correos las noticias más destacadas que sucedieron durante la semana, además de una jurisprudencia de relevância.

Uno de los visitantes dijo que el trabajo de la prensa es sumamente importante, ya que los ministros de la Corte Suprema de Justicia son autoridades que permanentemente son requeridas por los medios de prensa, por lo que se debe contar con una estructura bastante sólida para poder manejar con transparencia las informaciones y que no caiga en ambigüedades ninguna información.